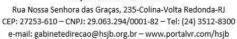


Hospital São João Batista







Aviso de **DISPENSA ELETRÔNICA**

Nº 161/2025

CONTRATANTE (UASG) 927761

OBJETO

Contratação de empresa para serviço continuado, Controle de Pragas e Vetores, Desinsetização e Desratização com fornecimento de mão-deobra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico a ser realizado nas instalações do SAH – HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 22.412,04

DATA DA SESSÃO 05/12/2025

HORÁRIO DA FASE DE LANCES Das 09:00h até 15:00h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 161/2025

Processo Administrativo no. VR-02.051-00012654/2025

Torna-se público que o SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR, por meio da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do <u>art. 75</u>, *inciso II*, nos termos da <u>Lei n.º 14.133</u>, de <u>1º de abril de 2021</u>, da <u>Instrução Normativa Seges/ME nº 67</u>, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 05/12/2025

Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00 Critério de Julgamento: *Menor preço* Regime de Execução: *Preço por item*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de <u>Contratação de Empresa para serviço continuado</u>, controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização com fornecimento de mão-de-obra e matéria –prima necessárias ao tratamento químico a ser realizado nas instalações do SAH/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	QTD	PREÇO UNIT. ESTIMADO R\$	PRAZO DE ENTREGA
01	Serviços de dedetização de pragas urbanas (micros, macros), com eliminação de diversos vetores como baratas, formigas, roedores, abrangendo toda a área do Hospital e almoxarifado externo, utilizando as fórmulas específicas injetada tecnicamente nos focos e onde for detectado o vetor, oferecendo proteção para os estabelecimentos, periodicidade conforme necessidade.	3417	12 MÊS	1.867,67	À partir da assinatura do contrato

- 1.1.1- Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
 - 2.1.1.O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no <u>Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP</u>, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
 - 2.1.2.O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo <u>aplicativo</u> <u>Compras.gov.br.</u>
 - 2.1.3.O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
 - 2.2.1. que n\u00e3o atendam \u00e1s condi\u00f3\u00f3es deste Aviso de Contrata\u00e7\u00e3o Direta e seu(s) anexo(s);
 - 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da <u>Lei nº</u> 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.2.5. sociedades cooperativas.
- 2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
 - 3.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
 - 3.2.2 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
 - 3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





- 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
 - 3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
 - 3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do <u>artigo 7°, XXXIII, da Constituição</u>;
- 3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).
 - 3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
 - Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





- 3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.3.1.O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.3.2.O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será estabelecido no sistema.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.7.1.O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.
 - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
 - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 5.4.1. SICAF;
 - 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e
 - 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
- 5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedoras também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
 - 5.6.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 5.6.2.O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.8.1.contiver vícios insanáveis:
 - 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.8.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
 - 5.11.3. Valor unitário e total do item com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
 - 6.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.
- 6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 6.12. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:
 - 6.12.1. Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
 - 6.12.2. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 6.12.3. Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;
 - 6.12.4. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor;
 - 6.12.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - 6.12.6. No caso de sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
 - 6.12.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





6.12.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

6.13. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- 6.13.1. Prova de inscrição ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF;
- 6.13.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado:
- 6.13.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS), através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd', do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212, de 1991, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União; 6.13.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal CEF;
- 6.13.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT;
- 6.13.6. Na hipótese de tratar-se de microempreendedor individual, microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação de habilitação, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação;
- 6.13.6.1. Os MEI/ME/EPP deverão apresentar os documentos elencados na Regularidade Fiscal e Trabalhista desta Dispensa Eletrônica, mesmo que apresentem alguma restrição;
- 6.13.6.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigidas neste Aviso de Contratação Direta, será(ão) assegurado(s) ao(s) microempreendedores individuais, à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogável por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 6.13.6.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à(s) contratação (ões), sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar (em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação;
- 6.13.7. Declaração firmada pela licitante, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/1988 e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da Lei Federal 14.133/21, acrescido pela Lei Federal 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





6.14. Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- 6.14.1. Prova de capacidade técnica, mediante apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando fornecimento de produtos pertinentes e compatíveis com o objeto deste edital;
- 6.14.1.1. A(s) certidão(ões) ou atestado(s) deverá(ão) ser datado(s) e assinado(s) por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo em exercício na entidade/empresa, bem como dados para eventual contato.

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de *05 (cinco) dias úteis,* contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato* <u>**OU**</u> *aceitar a Nota de Empenho,* sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
 - 7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - 7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da <u>Lei nº 14.133, de 2021;</u>
 - 7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no <u>art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, quais sejam:
 - 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de gualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2- O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Advertência;
 - b) Multa administrativa que poderá chegar até 30% (trinta por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução parcial do objeto, sem prejuízo das outras sansões cabíveis:
 - Multa de 0,5% por dia de atraso caso a contratada não efetue e não atenda aos demais prazos e obrigações constantes do referido processo, até o máximo de 10% sobre o valor da respectiva nota de empenho;
 - d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 anos;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública, por prazo não superior 05 anos;
- 8.2.1 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.
- 8.2.2- Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.
- 8.2.3- A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 *(cinco)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na <u>Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</u>, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (<u>art. 159</u>).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do <u>art. 163 da Lei nº</u> 14.133, de 2021.
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.3. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 - 9.3.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 9.3.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 9.3.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 9.3.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.4. As providências dos subitens 9.3.1 e 9.3.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.8. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.10. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb





- 9.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.12. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 9.14.1. ANEXO I Termo de Referência;
 - 9.14.2. ANEXO II Modelo de Proposta;
 - 9.14.3. ANEXO III Minuta do Contrato.

Volta Redonda, 27 de Novembro de 2025.

SEBASTIÃO FARIA DE SOUZA DIREÇÃO GERAL/SAH





SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO FINAL - DFD 098/2025/ASSESSORIA/SAH

INTRODUÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO		
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO <u>NÃO</u> CONTINUADO 339039	
Х	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO 339039	
	COMPRAS (AQUISIÇÃO) 339030	

Este termo reúne o conjunto de informações necessárias, às condições mínimas exigíveis para Contratação de empresa para serviço continuado Controle de Pragas e Vetores, Desinsetização e Desratização com fornecimento de mão-de-obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico a ser realizado nas instalações do SAH - HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA, através de prestação de serviços especializados, de acordo com as condições e especificações constantes deste documento, em conformidade com as condições estabelecidas adiante.

No caso deste Termo de Referência gerar edital, todas as informações aqui contidas estarão vinculadas ao mesmo.

FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de empresa especializada para os referidos serviços deve-se à necessidade do controle de pragas e vetores. A realização da desinsetização e desratização garantem maior proteção no atendimento ao público e ao quadro funcional deste Hospital, uma vez que inúmeras enfermidades podem ser transmitidas através de insetos ou roedores contaminados. Importante realçar que a realização destes serviços deve ser procedida periodicamente, uma vez que os produtos utilizados para o combate possuem garantia/duração entre 3 (três) a 5 (meses) meses. A finalidade maior é propiciar que o Hospital tenha um ambiente mais sadio.

A principal legislação que regulamenta as atividades de controle de pragas (incluindo a dedetização) em hospitais e outros estabelecimentos de saúde no Brasil é a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 52, de 22 de outubro de 2009, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR DA AQUISIÇÃO

1.1. O objeto do presente procedimento administrativo é a Contratação, em caráter continuado, de serviço de Controle de Pragas e Vetores, Desinsetização e Desratização com fornecimento de mão-de-obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico de serviços eventuais diversos no SAH/Hospital São João Batista, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.





SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

1.2 PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO; PREÇOS UNITÁRIOS E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS PELO MUNICÍPIO:

ITEM	CATSE R	QTD	UND	DESCRICAO	_	VALOR TOTAL
01	3417	12	SERV	Serviços de dedetização de pragas urbanas (micros, macros), com eliminação de diversos vetores como baratas, formigas, roedores, abrangendo toda a área do Hospital e almoxarifado externo, utilizando as fórmulas específicas injetada tecnicamente nos focos e onde for detectado o vetor, oferecendo proteção para os estabelecimentos, periodicidade conforme necessidade.	1.867,67	22.412,04
PREÇC	TOTAL	PRO	JETADO		R	22.412,04

- 1.3 Ratificamos que a Aquisição ocorrerá, com base no Menor Preço por item, conforme o 6º, inciso LIX da lei 14.133/2021, entretanto, a Proponente deverá apresentar e preencher seus Precos Unitários e Totais, para cada item.
- 1.4 Em casos de bens divisíveis, utilizaremos impreterivelmente a epígrafe da súmula nº 247 do TCU.
- 1.5- O Custo Total estimado para este Termo de Referência é de R\$ 22.412,04 (Vinte e dois mil, quatrocentos e doze reais e quatro centavos).
- 1.6 As estimativas desta contratação foram baseadas na necessidade de dedetizar o prédio do Serviço Autônomo Hospitalar/Hospital São João Batista/HSJB.

2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

2.1 Após a conclusão do ETP foi apontado que a forma mais vantajosa para o prosseguimento do processo seria a contratação direta de empresa de serviço de Controle de Pragas e Vetores, Desinsetização e Desratização.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 Deve-se seguir a descrição do(s) objeto(s) para esta contratação, não sendo aceito serviços que divergem da mesma.
- 3.2 Esta é uma contratação de serviço continuado que irá ter o prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado.

4 – FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 A contratada executará os serviços de desinsetização, desratização sempre juntos, necessários à prevenção e eliminação de pragas urbanas, ratos, baratas, moscas, formigas, pulgas e outros insetos porventura existentes nas dependências da Unidade de acordo com o estabelecido na legislação pertinente, com emprego de pessoal, produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos suficientes a assegurar plena eficácia da execução, sob sua inteira responsabilidade, observadas as diretrizes emanadas da contratante, no que se refere a horários e acesso às áreas em que serão efetivados.



Hospital São João Batista Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

4.2. Do processo de atuação:

- **4.2.1** A Empresa contratada designará os profissionais aplicadores para a realização do trabalho de dedetização. Obrigatoriamente, esses profissionais deverão receber orientações mínimas sobre normas e rotinas hospitalares. Ao final da capacitação será expedida documentação comprobatória. Em caso de mudança no quadro de profissionais aplicadores, os novos profissionais deverão passar por capacitação;
- **4.2.2** Fica acordada a visita técnica quinzenal ou mensal (conforme decisão do CONTRATANTE em função da rotina da Unidade, com agendamento prévio e horários restritos, com as datas acordadas previamente, de forma a não interferir na rotina da Unidade. A CONTRATADA deverá agendar visita, previamente aos locais onde serão executados os serviços e no menor prazo, apresentar uma programação, na qual deverá constar:
 - a) Plano completo de execução dos serviços;
 - b) Tipo de composto químico a ser utilizado em cada área específica do Hospital.
 - c) Eliminar e prevenir a proliferação de baratas e formigas.
 - d) Eliminar e prevenir a proliferação de ratos;
 - **e)** Eliminar e prevenir a proliferação de quaisquer outros animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.
- **4.3** Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses e devem ser cadastrados pelos órgãos controladores do Governo, como a ANVISA e sua manipulação e descarte são responsabilidade da empresa contratada. Quando decorrido esse prazo, deverá ser feita nova aplicação.
- **4.4** A CONTRATADA deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus extras para a CONTRATANTE.
- **4.5** As aplicações sustentativas (reforço) serão realizadas caso ocorram infestações no intervalo compreendido entre uma aplicação e outra, mediante solicitação prévia e sem ônus para a CONTRATANTE.
- **4.6** A CONTRATADA deverá fazer revisões (visitas) a cada 30 (trinta) dias em locais considerados críticos para a proliferação de pragas como: área externa, rede de esgoto, banheiros, depósitos e caixas de gordura, sem ônus ao Contratante.
- **4.7** Contra moscas também será feito tratamento com instalação de armadilhas luminosas para ambiente hospitalar.
- **4.8** Em consonância com o que versa a RDC nº 18/2000, as empresas deverão fornecer comprovantes de execução de serviço e Fixar em local visível o "comprovante de execução dos serviços", contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) nome do cliente;
 - b) endereço do imóvel;
 - c) praga (s) alvo;
 - d) grupo (s) químico (s) do (s) produto (s) utilizado (s);
 - e) nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área;
 - f) nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente;
 - g) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica mais próximo;
 - h) endereço e telefone da Empresa Especializada.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- **4.9** Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter, no mínimo, as seguintes características:
 - a) Não causarem manchas;
 - **b)** Serem antialérgicos;
 - c) Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;
 - d) Serem inofensivos a saúde humana;
 - e) Nas áreas onde o contato humano, com o preparado químico, for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro, após no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;
 - f) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela portaria número 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a portaria número 321/97 do citado Órgão;
 - **g)** Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.
 - h) Procedimentos: A resolução nº 52, estabelece a necessidade de um plano de ação, que deve considerar as características do local (como um ambiente hospitalar sensível) e a segurança dos pacientes, funcionários e meio ambiente.
 - i) Registro e Informação: Exige a emissão de comprovante de execução do serviço (ordem de serviço/nota fiscal) contendo informações detalhadas como o nome do produto, princípio ativo, data de aplicação e dados da empresa executora. Em prédios de uso coletivo, como hospitais, a empresa deve afixar cartazes informando sobre a desinfestação.

5 – DAS ÁREAS OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MÉTODO E QUANTIDADE DE APLICAÇÃO ANUAL

5.1 - Área interna

LOCAL	ÁREA INTERNA (M2)	MÉTODO	QTDE. APLICAÇÕES AO ANO
LITLANDA	000.70	Pulverização	12
UTI Adulto	286,78	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	000.47	Pulverização	12
Clínica Médica	388,17	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
Olfrica Cinfordia	040.07	Pulverização	12
Clínica Cirúrgica	618,37	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
O suân sia Enfanta nama	54	Pulverização	12
Gerência Enfermagem		Gel Inseticida	12
		Desratização	12
Davis and a location	70.0	Pulverização	12
Banco de Leite	70,3	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	004.05	Pulverização	12
Laboratório	301,05	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
COLL	67.4	Pulverização	12
CCIH	67,1	Gel Inseticida	¹² 19



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB PROC. N° FL. N° RUBRICA

		Desratização	12
		Pulverização	12
h	1.0.0	الما المامية المامية	ko
Maternidade / Área de Circulação	464,94	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
Centro Obstétrico	320	Pulverização	12
	5=0	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	124,57	Pulverização	12
UTI Neonatal / UI Neonatal	. = ., = .	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	14,52	Pulverização	12
Quarto Enfermagem / Rampa	14,02	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
RX	68,78	Pulverização	12
	00,70	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
Sala de Telefonia	11.6	Pulverização	12
Sala de Telefonia	11,6	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
0.1.57.57	17,67	Pulverização	12
Sala Pré-Faturamento		Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Recepção Principal	45,6	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	070.65	Pulverização	12
Centro Cirúrgico	373,05	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Tomografia	42,67	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Pronto Socorro Adulto	268,53	Gel Inseticida	12
/ Varandão		Desratização	12
		Pulverização	12
Faturamento	172,72	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Pátio frente do Hospital	545,3	Gel Inseticida	12
and frome do Floopital		Desratização	12
		Pulverização	12
Morgue / Rampa	29,47	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Anexo novo	6.250,78	Gel Inseticida	12
	,	Gel Illoeliciud	14



Hospital São João Batista Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 — CNPJ: 29.063.294/0001-82 — Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br — www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB	
PROC. N°	
FL. N°	
RUBRICA	

		Desratização	12
		Pulverização	12
Unidade de Internação Cirúrgica	81,4	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Repouso PSA	72,08	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Quarto dos Médicos	69,72	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Cozinha / Dispensa	276,54	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Vestiários Masculino e Feminino	66,84	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Oficina	30,48	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Depósito de Resíduo	14	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	123,73	Pulverização	12
Sala de Manutenção		Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Sala de Serviços Gerais	22,8	Gel Inseticida	12
-		Desratização	12
		Pulverização	12
Sala de Nutrição	7,5	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	17,5	Pulverização	12
Fisioterapia		Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Confecção de Costura	45,87	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Quarto de Enfermagem	20,66	Gel Inseticida	12
_		Desratização	12
		Pulverização	12
Sala de Controle de Acesso	6,87	Gel Inseticida	12
		Desratização	12



Hospital São João Batista Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 — CNPJ: 29.063.294/0001-82 — Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br — www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

		Pulverização	12
Administração (Prédio)	191,37	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Informática	27,28	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Farmácia	74,62	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Qualidade	49,14	Desratização	12
		Pulverização	12
Sala Engenharia Clínica	24,20	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Rouparia	70,83	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Ambulatório / Almoxarifado	420,70	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	113,14	Pulverização	12
Endoscopia		Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	74,92	Pulverização	12
Ultrassonografia		Gel Inseticida	12
		Desratização	12
	4.4.00	Pulverização	12
Sala Coordenação / Ambulatório /	14,00	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
Oala Oasiaa Oasial	40.00	Pulverização	12
Sala Serviço Social	13,39	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
Cala NIID	21,64	Pulverização	12
Sala NIR		Gel Inseticida	12
		Desratização	12
Niúslas Hamatarania	280,47	Pulverização	12
Núcleo Homoterapia		Gel Inseticida	12
		Desratização	12
Rongo do Olhos	74.44	Pulverização	12
Banco de Olhos	74,41	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
A selectoristic (FOA	404.00	Pulverização	12
Ambulatório / FOA	404,92	Gel Inseticida	12



Hospital São João Batista Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

		Desratização	12
		Pulverização	12
Almoxarifado Central - Externo	310,50	Gel Inseticida	12
		Desratização	12

- **5.2** O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107, da Lei Federal Nº 14.133/2021, e de acordo com os termos constantes no presente instrumento.
- **5.3** O prazo de início do serviço será imediato a partir do recebimento da assinatura do Contrato.

5.4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- **5.4.1 Do Efetivo:** Os serviços deverão ser realizados nas dependências do Hospital São João Batista;
- **5.4.2** Fornecimento de EPI e uniformes responsabilidade do contratado;
- **5.4.3** No curso da execução do Contrato, caberá a CONTRATANTE, através de representante especialmente designado, o direito de observar o fiel cumprimento das disposições do presente contrato. Serão registradas todas as ocorrências e as deficiências porventura existentes na prestação dos Serviços e encaminhado a CONTRATADA para imediata correção das irregularidades apontadas.
- **5.4.4** A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante a terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Lei nº 14.133/21).

6- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da Contratação do objeto deste Termo correrão a conta dos recursos específicos, conforme codificação abaixo:

Fonte de recurso	Elemento De Despesa	Reduzido
6002	3339039000000	673242-9

- **7.1 FORMA DE PAGAMENTO**Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.
- **7.2** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento da entrega.
- **7.3** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).
- 7.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- **7.5** Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA pro rata die entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.
- **7.6** Por eventuais antecipações nos pagamentos das faturas, a Contratada poderá conceder à Contratante um desconto, a título de antecipação financeira, calculado de acordo com o IPCA pro rata die, conforme at.92, XII, da Lei 14.133/21 e suas alterações.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar o serviço discriminado neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- **b)** Dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;
- c) Disponibilizar mão-de-obra, materiais e equipamentos em quantidades necessárias a perfeita execução dos serviços;
- **d)** Ter, em seu quadro, pessoal tecnicamente qualificado para execução dos serviços contratados devendo apresentar o registro da empresa junto ao respectivo Conselho Regional, tudo em conformidade com a Resolução RCD nº 18, de 29 de fevereiro de 2000, da ANVISA/MS;
- **e)** Utilizar equipamentos em número suficiente para aplicação dos produtos sem interrupção na sua aplicação, bem como contar com equipamentos reservas para possíveis substituições em caso de defeito;
- **f)** Refazer, às suas expensas, os serviços que tenham comprovadamente sido executados com erros ou imperfeição técnica;
- g) Não expor seus funcionários e terceiros a exposição direta aos produtos aplicados;
- **h)** Apresentar o receituário 2 (dois) dias antes das datas marcadas para execução dos serviços conforme cronograma, com assinatura do Responsável Técnico, contendo todas as recomendações necessárias, inclusive os antídotos dos produtos, para informações médicas;
- i) Enviar com 2 (dois) dias de antecedência a Ordem de Serviço à Contratante especificando: produto, Princípio Ativo, Dose, EPIs, Hora de Aplicação com assinatura do Responsável Técnico, nome dos Técnicos de Aplicação;
- j) Manter seu pessoal uniformizado, limpo, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual EPI'S, bem como obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade;
- **k)** Não armazenar os produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos na Unidade do CONTRATANTE:
- Assumir total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio, quando comprovadamente tenha ocorrido por negligência e/ou inabilidade dos funcionários da Contratada, esta promoverá a quem de direito o ressarcimento dos danos, quando da execução dos serviços;
- **m)** Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento das faturas emitidas contra o CONTRATANTE;



Hospital São João Batista Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 - CNPJ: 29.063.294/0001-82 - Tel: (24) 3512-8300



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- n) Apresentar, até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, cronograma físico das tarefas inerentes aos serviços contratados, consoante o presente Termo de Referência, bem como apresentar lista de produtos utilizados durante o processo de trabalho acompanhados da FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos;
- Somente poderão ser utilizados os produtos desinfetantes devidamente registrados no Ministério da Saúde e o responsável técnico responde pela sua aquisição, utilização e controle;
- Prestar os servicos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- q) Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;
- A CONTRATADA responderá por danos materiais à saúde de pacientes da CONTRATANTE que decorra de problemas comprovadamente relacionados à qualidade do servico prestado.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Permitir o livre acesso dos funcionários da Contratada, quando em serviço e devidamente identificados, às dependências da unidade.
- b) Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;
- Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual; c)
- d) Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas;
- Notificar a CONTRATADA de todas as falhas, erros, imperfeições ou irregularidades que e) encontrar na prestação dos serviços, dando-lhe, inclusive, prazo para sua correção;
- f) Fornecer à CONTRATADA, quando aplicável, os subsídios necessários para a elaboração dos laudos técnicos e documentos previstos na legislação previdenciária em vigor;
- Exigir da CONTRATADA, quando aplicável, os laudos técnicos e documentos previstos na legislação previdenciária em vigor (LTCAT, PCMSO, PGR, PPRA e PCMAT);
- Fornecer à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir vinculação ao presente Termo;
- i) Emitir as ordens de fornecimento/serviço, quando for o caso;
- Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas neste Termo de Referência e/ou no edital e no contrato.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 - Alvará sanitário ou autorização de funcionamento equivalente, expedido pelo órgão federal ou estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário do comércio dos produtos correlatos que são exercidos pelos interessados, de conformidade com objeto contratual e compatível com o objeto;



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 - CNPJ: 29.063.294/0001-82 - Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- 10.2 Apresentar a seguinte documentação no ato da contratação: Licença Ambiental, Alvará Sanitário expedido pela Inspetoria de Saúde Municipal ou Estadual, Atestado de Capacidade Técnica Registrado no Conselho Classista, Certidão de Registro e Quitação do respectivo conselho classista do Responsável Técnico (CRQ), Certificado de Cadastro junto ao IBAMA, conforme Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981;
 - 10.3 Deverá apresentar o registro do Responsável Técnico pelas atividades no Conselho da entidade profissional competente.
 - 10.3.1 A comprovação da qualificação do profissional previsto neste Termo de Referência deverá ser feita através da apresentação de currículo (s), comprovando experiência mínima de 02 (DOIS) ANOS na área.
 - 10.3.2 A comprovação do vínculo empregatício do profissional previsto neste Termo de Referência deverá ser feita mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho expedida pelo Ministério do Trabalho ou ficha de registro do empregado. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será realizada mediante a apresentação de cópia do contrato social ou certidão da Junta Comercial, ou ato constitutivo da empresa devidamente atualizado.
- * De acordo Com a Resolução RDC nº 18, de 29 de fevereiro de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, são habilitados para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas os seguintes profissionais: biólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico-veterinário e químico.
 - 10.4. Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o objeto do TR.
 - **10.5.** Alvará Sanitário da sede:
 - 10.6. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares;
 - 10.7. Declaração do Responsável Técnico, devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, de que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação;
- 10.8 Deverá apresentar pelo menos 01 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

11 - AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO

- 11.1. O SAH/Hospital São João Batista terá o direito de exercer ampla fiscalização sobre a prestação dos serviços objeto do presente TERMO CONTRATUAL, por intermédio de prepostos seus, devidamente credenciados, aos quais deverá a CONTRATADA facilitar o pleno exercício de suas funções, não importando isso em supressão ou mesmo atenuação das responsabilidades desta, por quaisquer erros, falhas ou omissões ocorridas.
- §1º O SAH/Hospital São João Batista credenciará perante a CONTRATADA um representante investido de plenos poderes para, diretamente ou através de auxiliares, exercer a fiscalização geral e total dos serviços ora contratados, tendo como atribuições precípuas as seguintes:
 - a) Exigir da CONTRATADA a estrita obediência às estipulações deste Termo de Referência. à documentação a ele anexa e à melhor técnica consagrada pelo uso para a execução dos serviços objeto deste Instrumento;
 - b) Fazer, corrigir, ou refazer trabalhos defeituosos, por conta do SAH/Hospital São João 2 Batista, através de terceiros, debitando à CONTRATADA os gastos daí decorrentes,



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB	_
PROC. N°	
FL. N°	_
RUBRICA	

caso essa última não os refaça ou corrija dentro do prazo determinado pela Fiscalização;

- c) Controlar as condições de trabalho, ajustando com a CONTRATADA as alterações na sequência da execução que forem consideradas convenientes ou necessárias, e controlar tais condições de modo a exigir desta, na ocorrência de atraso nos serviços, a adoção de regime de trabalho diferente;
- **d)** Dar permanente assistência aos serviços, na interpretação e na solução de problemas surgidos;
- **e)** Encaminhar à CONTRATADA as comunicações que se façam necessárias, com relação aos trabalhos de fiscalização e controle dos serviços;
- f) Atestar a execução dos serviços referentes às faturas a serem apresentadas;
- g) Sustar os serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à boa execução dos mesmos, ou à salvaguarda dos interesses do SAH/Hospital São João Batista. Quaisquer ônus provenientes dessa rejeição serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- §2º À Fiscalização caberá, ainda, determinar os prazos para cumprimento das exigências feitas.

12 - VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

12.1 - É vedada a subcontratação total ou parcial da execução do objeto, tendo em vista a contratação por notória especialização. A CONTRATADA também não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, ainda que em função de reestruturação societária, fusão, cisão e incorporação, os direitos e obrigações decorrentes do contrato com a CONTRATANTE, inclusive, seus créditos.

13 - FISCALIZAÇÃO

- **13.1** A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada por representantes designados do Serviço Autônomo Hospitalar/Hospital São João Batista, podendo ser substituídos, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado no mesmo órgão ou equivalente.
- **13.2** A gestão do contrato decorrente deste termo caberá à Unidade Gestora Local, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando o titular do referido Órgão como corresponsável.
- **13.3 -** Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado,
- **13.4** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.
- **13.5** A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

14- SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

14.1- A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

responsabilidade civil ou criminal que couber, às graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada pelo valor do Contrato pela inexecução total;
- c) Multa de 10% (dez por cento) calculada pelo valor do Contrato pela inexecução parcial;
- **d)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) A Contratada será punida com multa diária correspondente a 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato, por dia de atraso que se verificar na prestação dos serviços, ou por constatação pela fiscalização, de ausência de qualidade dos serviços prestados; segundo cronograma fornecido, facultada a defesa prévia da contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência da decisão, juntada no respectivo processo;
- **f)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o estabelecimento contratado ressarcir a Administração por prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção;

- **14.2** A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial;
- **14.3**-Os prazos para defesa prévia serão de 5 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa, cobrança indevida ou impedimento de contratar com o SAH Hospital São João Batista; e de 10 (dez) dias úteis, na hipótese de declaração de inidoneidade;
- **14.4** As penalidades previstas são autônomas e suas possíveis aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo 157, parágrafos 3º e 4º da Lei nº 14.133/21;
- **14.5-** Os valores das multas aplicadas serão recolhidos aos cofres da Fazenda Pública Municipal, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento, sendo os valores considerados como receita do SAH Hospital São João Batista;
- **14.6**-Nenhuma sanção será aplicada sem o devido Processo Administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

- **15.1 –** Resultará como vencedora aquela licitante que apresentar o **menor preço por item** o qual deverá ser inferior aos valores constantes na Planilha estimativa de quantitativos e preços unitários e valores máximos admitidos e atender aos requisitos de habilitação e demais exigências editalícias.
- 15.2 A proposta deverá obedecer aos seguintes critérios:
 - a) O valor do objeto deverá ser cotado em moeda corrente nacional, devendo incluir todas as despesas, inclusive impostos e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas incidentes em seu escopo de prestação de serviços;
 - **b)** as características do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes nesse Termo de Referência.
 - c) serão desclassificadas propostas com preços irrisórios e/ou inexequíveis, cabendo ao SAH/Hospital São João Batista à faculdade de promover verificações ou diligências que se fizeram necessárias, objetivando a comparação da regularidade da cotação ofertada;
 - **d)** será julgada vencedora a proposta que ofertar o MENOR PREÇO, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes, cumprindo todos os requisitos técnicos previstos no Termo de Referência.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

ANEXO II

MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA

DISPENSA ELETRÔNICA N° XXX/20XX - PROC. N. XXX/20XX

ITEM	CATMAT	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UNIT (R\$)	VLR TOTAL (R\$)
01						
	VALOR TOTAL:		R\$			

Razão Social:
Nome de Fantasia:
CNPJ:
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias;
Prazo de pagamento: 30 dias;
Prazo de entrega:Conforme TR
Número do tel: ()
E-mail:
Dados bancários:
Conta Corrente nº Agência nº Banco Banco
Declaramos expressamente que nos preços propostos estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto desta Dispensa.
Declaramos que temos total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.
Assinatura do Representante Legal da empresa
·



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 000/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1- O objeto do presente instrumento é para Contratação de empresa para serviço continuado Controle de Pragas e Vetores, Desinsetização e Desratização com fornecimento de mão-de-obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico a ser realizado nas instalações do SAH HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2- Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
VALOF	R TOTAL:				

- 1.3- Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1- O Termo de Referência;
 - 1.3.2- O Aviso de Licitação;
 - 1.3.3- A Proposta do Contratado;
 - 1.3.4- Eventuais anexos dos documentos supracitados;



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1- O prazo de vigência	da contratação é de	() meses	contados da	a data	de
assinatura entre as partes,	na forma do artigo 105	da Lei nº 14.133 de 202	1.			

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1- Condição de execução: A prestação dos serviços deverá ser executada mensalmente, no Serviço Autônomo Hospitalar/Hospital São João Batista situado na Rua Nossa Senhora das Graças, nº 235 Colina, Volta Redonda/RJ CEP: 27253-610, durante o horário comercial de 08h às 16h de segunda a sexta-feira, exceto feridos, conforme as áreas informadas no Anexo I do contrato, sem ônus de frete e seguro para a **CONTRATANTE.**
- 3.2- Do processo de atuação:
- 3.2.1- A Empresa contratada designará os profissionais aplicadores para a realização do trabalho de dedetização. Obrigatoriamente, esses profissionais deverão receber orientações mínimas sobre normas e rotinas hospitalares. Ao final da capacitação será expedida documentação comprobatória. Em caso de mudança no quadro de profissionais aplicadores, os novos profissionais deverão passar por capacitação;
- 3.2.2- Fica acordada a visita técnica quinzenal ou mensal (conforme decisão do CONTRATANTE em função da rotina da Unidade, com agendamento prévio e horários restritos, com as datas acordadas previamente, de forma a não interferir na rotina da Unidade. A CONTRATADA deverá agendar visita, previamente aos locais onde serão executados os serviços e no menor prazo, apresentar uma programação, na qual deverá constar:
- a) Plano completo de execução dos serviços;
- b) Tipo de composto químico a ser utilizado em cada área específica do Hospital.
- c) Eliminar e prevenir a proliferação de baratas e formigas.
- d) Eliminar e prevenir a proliferação de ratos;
- e) Eliminar e prevenir a proliferação de quaisquer outros animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.
- 3.3- Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses e devem ser cadastrados pelos órgãos controladores do Governo, como a ANVISA e sua manipulação e descarte são responsabilidade da empresa contratada. Quando decorrido esse prazo, deverá ser feita nova aplicação.
- 3.4- A CONTRATADA deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus extras para a CONTRATANTE.
- 3.5- As aplicações sustentativas (reforço) serão realizadas caso ocorram infestações no intervalo compreendido entre uma aplicação e outra, mediante solicitação prévia e sem ônus para a CONTRATANTE.
- 3.6- A CONTRATADA deverá fazer revisões (visitas) a cada 30 (trinta) dias em locais considerados críticos para a proliferação de pragas como: área externa, rede de esgoto, banheiros, depósitos e caixas de gordura, sem ônus ao Contratante.
- 3.7- Contra moscas também será feito tratamento com instalação de armadilhas luminosas para ambiente hospitalar.
- 3.8- Em consonância com o que versa a RDC nº 18/2000, as empresas deverão fornecer comprovantes de execução de serviço e Fixar em local visível o "comprovante de execução dos serviços", contendo, no mínimo, as seguintes informações:



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- a) nome do cliente;
- b) endereço do imóvel;
- c) praga (s) alvo;
- d) grupo (s) químico (s) do (s) produto (s) utilizado (s);
- e) nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área;
- f) nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente;
- g) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica mais próximo;
- h) endereço e telefone da Empresa Especializada.

3.9- Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter, no mínimo, as seguintes características:

- a) Não causarem manchas:
- b) Serem antialérgicos;
- c) Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d) Serem inofensivos a saúde humana:
- e) Nas áreas onde o contato humano, com o preparado químico, for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro, após no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;
- f) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela portaria número 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a portaria número 321/97 do citado Órgão;
- g) Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.
- h) Procedimentos: A resolução nº 52, estabelece a necessidade de um plano de ação, que deve considerar as características do local (como um ambiente hospitalar sensível) e a segurança dos pacientes, funcionários e meio ambiente.
- i) Registro e Informação: Exige a emissão de comprovante de execução do serviço (ordem de serviço/nota fiscal) contendo informações detalhadas como o nome do produto, princípio ativo, data de aplicação e dados da empresa executora. Em prédios de uso coletivo, como hospitais, a empresa deve afixar cartazes informando sobre a desinfestação.

3.10- DAS ÁREAS OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MÉTODO E QUANTIDADE DE APLICAÇÃO ANUAL

3.10.1- Área interna

LOCAL	ÁREA INTERNA (M2)	MÉTODO	QTDE. APLICAÇÕES AO ANO
	222 = 2	Pulverização	12
UTI Adulto	286,78	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Clínica Médica	388,17	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Clínica Cirúrgica	618,37	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Gerência Enfermagem	54	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Banco de Leite	70,3	Gel Inseticida	12 3
		Desratização	12







SAH/HSJB PROC. Nº FL. N° RUBRICA

		Pulverização	12
Laboratório	301,05	Gel Inseticida	12
Laboratorio		Desratização	12
		Pulverização	12
CCIH	67,1	Gel Inseticida	12
COILI	07,1	Desratização	12
		Pulverização	12
Maternidade / Área de Circulação	464,94	Gel Inseticida	12
·		Desratização	12
		Pulverização	12
Centro Obstétrico	320	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
UTI Neonatal / UI Neonatal	124,57	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Quarto Enfermagem /		Gel Inseticida	12
Rampa	14,52	Desratização	12
Татра		Pulverização	12
		Gel Inseticida	12
RX	68,78	Desratização	12
		Pulverização	12
Sala de Telefonia		Gel Inseticida	12
	11,6	Desratização	12
		Pulverização	12
Sala Pré-Faturamento	17,67	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Recepção Principal		Gel Inseticida	12
	45,6	Desratização	12
		Pulverização	12
Centro Cirúrgico		Gel Inseticida	12
	373,05	Desratização	12
		Pulverização	12
Tomografia	42,67	Gel Inseticida	12
Tomograna	42,01	Desratização	12
		Pulverização	12
Pronto Socorro Adulto	268 53	Gel Inseticida	12
/ Varandão	268,53	Desratização	12
		Pulverização	12
Faturamento	172,72	Gel Inseticida	
	1/2,/2	Desratização	12
			12
DARIA faranta da Ulara Val		Pulverização Gel Inseticida	12
Pátio frente do Hospital	545,3	Desratização	12 12 3



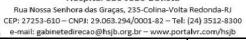




SAH/HSJB PROC. Nº FL. N° RUBRICA

Hospital See Jose Batista e-Irian, gabinetedireca (@115] b.o.g.bi - www.porta		KUBKIC	4 1
Morgue / Rampa		Pulverização	12
Morgue / Kampa	29,47	Gel Inseticida	12
	,	Desratização	12
		Pulverização	12
Anexo novo	6.250,78	Gel Inseticida	12
, whose here	0.200,70	Desratização	12
		Pulverização	12
Unidade de Internação Cirúrgica	81,4	Gel Inseticida	12
	01,4	Desratização	12
		Pulverização	12
Repouso PSA	72,08	Gel Inseticida	12
	72,00	Desratização	12
		Pulverização	12
Quarto dos Médicos	60.72	Gel Inseticida	12
	69,72	Desratização	12
		Pulverização	12
Cozinha / Dispensa	070.54	Gel Inseticida	12
	276,54	Desratização	12
		Pulverização	12
Vestiários Masculino e Feminino	00.04	Gel Inseticida	12
	66,84	Desratização	12
		Pulverização	12
		Gel Inseticida	12
Oficina	30,48	Desratização	12
		Pulverização	12
Depósito de Resíduo	14	Gel Inseticida	12
		Desratização	12
		Pulverização	12
Sala de Manutenção	123,73	Gel Inseticida	12
	,	Desratização	12
		Pulverização	12
Sala de Serviços Gerais		Gel Inseticida	12
Cala de Colviçõe Colais	22,8	Desratização	12
		Pulverização	12
Sala de Nutrição		Gel Inseticida	12
	7,5	Desratização	12
		Pulverização	12
		Gel Inseticida	12
Fisioterapia	17,5	Desratização	12
		Pulverização	12
Confecção de Costura	45,87	Gel Inseticida	12
-			
		Desratização	12
	20,66	Pulverização	12
Quarto de Enfermagem	,	Gel Inseticida	12
		Desratização	12 3
		Pulverização	12

Hospital São João Batista





SAH/HSJB PROC. N° FL. N° RUBRICA

Hospital São João Batista e-mail: gabinetedireca o@hsjb.org.br — www.poi			CA	
Sala de Controle de Acesso	6,87	Gel Inseticida	12	
		Desratização	12	
Administração (Prádio)	101.27	Pulverização	12	
Administração (Prédio)	191,37	Gel Inseticida	12	
		Desratização	12	
	07.00	Pulverização	12	
Informática	27,28	Gel Inseticida	12	
momada		Desratização	12	
		Pulverização	12	
Farmácia	74,62	Gel Inseticida	12	
ramada		Desratização	12	
		Pulverização	12	
Qualidade	49,14	Desratização	12	
		Pulverização	12	
Sala Engenharia	24,20	Gel Inseticida	12	
Clínica		Desratização	12	
		Pulverização	12	
	70,83	Gel Inseticida	12	
Rouparia		Desratização	12	
		Pulverização	12	
A sala latinia /	420,70	Gel Inseticida	12	
Ambulatório /				
Almoxarifado		Desratização	12	
	113,14	Pulverização	12	
Endoscopia	1.5,	Gel Inseticida	12	
		Desratização	12	
	74,92	Pulverização	12	
Ultrassonografia	74,32	Gel Inseticida	12	
		Desratização	12	
	14.00	Pulverização	12	
Sala Coordenação / Ambulatório /	14,00	Gel Inseticida	12	
Sala Cooldenação/ Ambulatono/		Desratização	12	
	40.00	Pulverização	12	
Sala Serviço Social	13,39	13,39 Gel Inseticida		
Gala Golviço Godiai		Desratização	12	
		Pulverização	12	
Sala NIR	21,64	Gel Inseticida	12	
Sala IVIIX		Desratização	12	
		Pulverização	12	
Núcleo Homoterapia	280,47	Gel Inseticida	12	
		Desratização	12	
		Pulverização	12	
Banco de Olhos	74,41	Gel Inseticida	12	
		Desratização	12	
		Pulverização	12	
Ambulatório / FOA	404,92	Gel Inseticida		
	,,,=		12 3	
		Desratização	12	



Hospital São João Batista Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 - CNPJ: 29.063.294/0001-82 - Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

Almoxarifado Central -Externo

310,50

Pulverização	12	
Gel Inseticida	12	
Desratização	12	

- 3.11- O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107, da Lei Federal Nº 14.133/2021, e de acordo com os termos constantes no presente instrumento.
- 3.12- O prazo de início do serviço será imediato a partir do recebimento da assinatura do Contrato.

3.13- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 3.13.1- Do Efetivo: Os serviços deverão ser realizados nas dependências do Hospital São João Batista;
- 3.13.2- Fornecimento de EPI e uniformes responsabilidade do contratado;
- 3.13.3- No curso da execução do Contrato, caberá a CONTRATANTE, através de representante especialmente designado, o direito de observar o fiel cumprimento das disposições do presente contrato. Serão registradas todas as ocorrências e as

deficiências porventura existentes na prestação dos Serviços e encaminhado a CONTRATADA para imediata correção das irregularidades apontadas.

3.13.4- A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante a terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Lei nº 14.133/21).

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3- O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1- Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato, caso houver.
- 6.1.1- Nome da Agência Bancária: XXXXX. Agência n.º XXXX Conta Corrente: XXXXXX.
- 6.2- O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento da entrega.
- 6.2.1- Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- 6.3- Para execução do pagamento a CONTRATADA deverá fazer constar na nota fiscal/fatura correspondente, emitida sem rasuras, em nome da CONTRATANTE, inscrita no **CNPJ sob o nº 29.063.294/0001-82**, o número da conta bancária, a respectiva agência e banco, a discriminação dos acolhidos e no mês de competência.
- 6.4- Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- 6.5- Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA pro rata die entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.
- 6.6- Por eventuais antecipações nos pagamentos das faturas, a Contratada poderá conceder à Contratante um desconto, a título de antecipação financeira, calculado de acordo com o IPCA pro rata die, conforme art. 145, §1º, da Lei nº 14133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/_____.
- 7.2- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3- Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4- No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5- Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6- Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8- O reajuste será realizado por apostilamento ou por termo aditivo contratual.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1- São Obrigações do Contratante:
- 8.2- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos:
- 8.3- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;
- 8.4- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



Hospital São João Batista Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- 8.5- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o <u>art. 143 da Lei nº 14.133</u>, de 2021;
- 8.7- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9- Cientificar o órgão de representação judicial da para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1- A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Fornecer à Contratada todas as informações relacionadas ao objeto deste Contrato;
- 8.12. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- 8.13. Designar representante para exercer a fiscalização dos serviços contratados e atestá-los;
- 8.14. Efetuar o pagamento à empresa contratada de acordo com as condições de preços e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência:
- 8.15. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contar da data do protocolo do requerimento para decidir, Prorrogáveis por igual período.
- 8.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB			
PROC. N°			
FL. N°			
RUBRICA			

do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2- Executar o objeto contratual na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, descarga das mercadorias, sem ônus de frete e seguro para o município.
- 9.3- Nomear um representante/preposto responsável pelo gerenciamento da contratação com poderes para tratar com a CONTRATANTE os assuntos relacionados à perfeita execução do contrato; O Serviço Autônomo Hospitalar/Hospital São João Batista poderá exigir da Contratada o afastamento ou substituição, incontinente, de qualquer empregado ou preposto seu, se considerar inconveniente à permanência dele na linha dos serviços contratados.
- 9.4- Dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;
- 9.5- Disponibilizar mão-de-obra, materiais e equipamentos em quantidades necessárias a perfeita execução dos serviços.
- 9.6- Ter, em seu quadro, pessoal tecnicamente qualificado para execução dos serviços contratados devendo apresentar o registro da empresa junto ao respectivo Conselho Regional, tudo em conformidade com a Resolução RCD nº 18, de 29 de fevereiro de 2000, da ANVISA/MS.
- 9.7- Apresentar os profissionais uniformizados e/ou identificados nas dependências do Hospital São João Batista.
- 9.8- Executar os serviços contratados observando as normas adotadas pela Contratante, quando prévia e expressamente formalizada à Contratada;
- 9.9- Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;
- 9.10- Utilizar equipamentos em número suficiente para aplicação dos produtos sem interrupção na sua aplicação, bem como contar com equipamentos reservas para possíveis substituições em caso de defeito.
- 9.11- Refazer, às suas expensas, os serviços que tenham comprovadamente sido executados com erros ou imperfeição técnica.
- 9.12- Não expor seus funcionários e terceiros a exposição direta aos produtos aplicados;
- 9.13- Apresentar o receituário 2 (dois) dias antes das datas marcadas para execução dos serviços conforme cronograma, com assinatura do Responsável Técnico, contendo todas as recomendações necessárias, inclusive os antídotos dos produtos, para informações médicas.
- 9.14- Enviar com 2 (dois) dias de antecedência a Ordem de Serviço à Contratante especificando: produto, Princípio Ativo, Dose, EPIs, Hora de Aplicação com assinatura do Responsável Técnico, nome dos Técnicos de Aplicação.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- 9.15- Manter seu pessoal uniformizado, limpo, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual EPI'S, bem como obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade.
- 9.16- Não armazenar os produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos na Unidade do CONTRATANTE.
- 9.17- Assumir total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio, quando comprovadamente tenha ocorrido por negligência e/ou inabilidade dos funcionários da Contratada, esta promoverá a quem de direito o ressarcimento dos danos, quando da execução dos serviços;
- 9.18- Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento das faturas emitidas contra o CONTRATANTE.
- 9.19- Apresentar, até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, cronograma físico das tarefas inerentes aos serviços contratados, consoante o presente Termo de Referência, bem como apresentar lista de produtos utilizados durante o processo de trabalho acompanhados da FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos;
- 9.20- Somente poderão ser utilizados os produtos desinfetantes devidamente registrados no Ministério da Saúde e o responsável técnico responde pela sua aquisição, utilização e controle;
- 9.21- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.22- Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;
- 9.23- A CONTRATADA responderá por danos materiais à saúde de pacientes da CONTRATANTE que decorra de problemas comprovadamente relacionados à qualidade do serviço prestado.
- 9.24- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 9.25- Não subcontratar, sob nenhum pretexto ou hipótese, os serviços objeto do Contrato;
- 9.26- Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, especialmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
- 9.27- Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;
- 9.28- Executar os serviços conforme o estabelecido no Contrato e de acordo com as necessidades do Contratante, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- 9.29- Executar os serviços com equipamentos e vestuário apropriados, respeitando as normas referentes à segurança e acidente do trabalho;



Hospital São João Batista Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- 9.30- Reparar, corrigir, remover ou substituir o material, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;
- 9.31- Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual EPI'S, bem como obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para este tipo de atividade;
- 9.32- A Contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas:
- 9.33- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação sem prévia anuência do CONTRATANTE.
- 9.34- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.35- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (<u>Lei nº 8.078, de 1990</u>);
- 9.36- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.37- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (<u>art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021</u>) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.38- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.39- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.40- O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 — CNPJ: 29.063.294/0001-82 — Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br — www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- 9.41- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.42- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.43- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.44- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.45- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.46- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.47- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.48- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.49- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.50- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.51- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.52- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- 9.53- Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.54- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1- Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2- Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

iv. Multa:

- a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplidas;
 - a1) O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1° dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado;
- b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 11.3- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 11.4.1- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 11.4.2- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 11.4.3- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art.</u> 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7- Os atos previstos como infrações administrativas na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na <u>Lei nº 12.846, de 2013</u>, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (<u>art. 159</u>).



Hospital São João Batista Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

- 11.8- A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9- O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.10- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do <u>art. 163 da Lei nº 14.133/21</u>.
- 11.11- Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1- O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.2- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no <u>artigo 137 da Lei nº 14.133/21</u>, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 12.3.1- Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 12.3.2- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - 12.3.2.1- Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.3- O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
 - 12.4.1- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.4.2- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;





SAH/HSJB	
PROC. N°	
FL. N°	
RUBRICA	

12.4.3- Indenizações e multas.

12.4- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1- Para cobrir as despesas do presente contrato, o SAH/HSJB, empenhou em favor da CONTRATADA, à conta da seguinte dotação orçamentária:
- 13.2- A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DOS CASOS OMISSOS

14.1- Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei <u>nº</u> 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na <u>Lei nº 8.078</u>, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

- 15.1- O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.2- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do <u>art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1- Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no <u>art. 94 da Lei 14.133, de 2021</u>, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao <u>art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011</u>, c/c <u>art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012</u>.



Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300 e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



SAH/HSJB
PROC. N°
FL. N°
RUBRICA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Volta Redonda/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução
deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei
nº 14 133/21

		Volta Redonda,	de	de 2025
		P/CONTRATANTE	_	
		P/CONTRATADA		
	TESTEMUNHAS:			
1-	CPF:			
2-	CPF·			